

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do pré-urbano ao urbano: a cidade missioneira colonial e seu território.

Arno Alvarez Kern*

“E, mais uma vez, nós - historiadores e arqueólogos - somos surpreendidos com a riqueza dos novos panoramas desta nossa história, sempre nova e sempre renovada” (Kern 1998: 150).

Resumo. Este é um estudo das aglomerações urbanas ibero-americanas coloniais fundadas por missionários no Rio da Prata, na transição das aldeias ao urbano, a partir de suas origens históricas indígenas e européias. Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem indícios sobre o crescimento e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

Palavras-chave: Arqueologia urbana, Missões coloniais.

1. Introdução.

Pretender explicitar a noção de cidade exige que possamos entender os conceitos de *polis* grego, de *civitas* em Roma, de *citê* no mundo medieval, bem como os de *pueblo* e de cidade utilizados na época moderna. Significa também compreender em primeiro lugar aquilo que nenhuma conceituação simplista pode satisfazer. Ao afirmarmos que a cidade é uma aglomeração dos que não vivem do trabalho na terra ou que ela é um conjunto de edificações de caráter público e privado que se ordenam acompanhando ruas, apenas destacamos uma das possíveis características ignorando todas as demais variáveis. Tentar, entretanto, esta definição tem o mérito de levar em consideração alguns elementos fundamentais, discernir aspectos mais ou menos evidentes, estabelecer algumas importantes variáveis que podem nos servir de eixos norteadores para o nosso pensamento. Se estas variáveis forem combinadas, podem ser altamente esclarecedoras, estabelecendo algumas características mais importantes.

2. A cidade e os homens.

* Historiador e arqueólogo. Professor Titular dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Pesquisador nível 1A do CNPq. EMail: aakern@pucrs.br. Site: www.proprata.com.

Devemos destacar em primeiro lugar a idéia de que a cidade é composta por homens na história, ou seja, organizados em relações sociais duráveis e comunidades estruturadas, mas em contínuas mudanças ao longo de um processo histórico. Nos documentos históricos que nos falam dos primórdios de uma cidade, predominam as referências aos seus habitantes: os “parisii”, os “atenienses” e os “guaranis” como os integrantes de Paris, de Atenas ou dos *pueblos de indios* missioneiros. Este fato não nos deve, entretanto, enganar: o critério quantitativo do número total de habitantes não é suficiente para definir se uma aglomeração urbana é ou não uma cidade. Não apenas temos dificuldades de calcular a quantidade de habitantes por falta de documentos, mas também algumas cidades com um número grande de residentes nunca receberam o título oficial de cidade. Os povoados missioneiros, maiores em alguns casos do que a maioria das cidades coloniais platinas, nunca receberam oficialmente o título oficial de cidade. Por outro lado, centenas de pequenas cidades com menos de 10.000 habitantes, fizeram parte muitas vezes de uma rede importante, ligadas entre si (como os trinta povoados missioneiros) ou a centros urbanos administrativos ou comerciais. Nem sempre é o número dos habitantes que define a cidade, mas quase sempre o seu dinamismo e a variedade de suas atividades (Kern 1998b, 11-93, Roux 2004: 16).

Por outro lado, estes grupos de homens não se apresentam como simples residentes. A cidade é antes de tudo formada por uma comunidade de cidadãos, na expressão de Aristóteles. Eles são indivíduos com certas prerrogativas e algumas vantagens, mas também com obrigações e imposições que os distinguem dos não-cidadãos: prerrogativas políticas, jurídicas e religiosas; vantagens sociais, obrigações militares e imposições fiscais (Lonis 2003: 25-27).

Esta comunidade constrói em conjunto uma história comum com seus heróis míticos e lendas de fundação. Ela estabelece toda uma série de costumes e normas que organizam esta vida em comum desejada por todos os cidadãos: cultos coletivos e procissões festivas a divindades protetoras.

a) As cidades e seus espaços:

Considera-se uma cidade “uma comunidade de considerável magnitude e elevada densidade de população que abriga em seu seio uma grande variedade de indivíduos especializados em tarefas não agrícolas, incluindo-se neste uma elite culta”, na definição de Gideon Sjoberg (Morris 1984:17). Poderíamos ainda acrescentar a produção de um excedente alimentar

Devemos salientar a maneira como se organizam os espaços urbanos e rurais, em uma dupla dimensão, na qual cidade e território formam um conjunto inseparável. A própria cidade é um território muito particular, ou melhor, uma combinação de territórios (Roncayolo 1993:19). Ela organiza o seu território a partir do qual ela satisfaz as suas necessidades quotidianas e suas fontes de alimentação. Nestes espaços se implantam seus poderes de dominação, se extraem serviços e se obtém rendimentos a partir de impostos ou de comércio. A organização do território exige a implantação de uma rede de relações sociais, cujos encontros e desencontros ocorrem nas áreas de mercado, nos espaços público e administrativo, nas zonas de ação e atração.

A implantação de uma cidade implica no domínio sobre um determinado território. Uma aglomeração urbana, fortificada ou não, tem que se apoiar em um território não necessariamente extenso, mas do qual ela retira os meios de subsistência e a partir do qual organiza a sua defesa, por sua posição estratégica ou pela inacessibilidade de sua acrópole. Esta dupla dimensão cidade-território se organiza em um espaço cívico para os seus cidadãos e é sentido fisicamente por todos os que a habitam. É um espaço urbano no qual podemos observar diversos pontos de referência que terminam por dar o sentido a uma identidade consciente. No espaço rural o território se materializa pelos caminhos que levam aos pequenos santuários ou capelas, pelas florestas onde se pratica a caça e a coleta (mel, frutos e raízes), nas terras cultivadas onde a atividade agrícola se desenvolve ao sabor das estações, nos lugares de pesca e coleta de moluscos (arroios, lagos ou litorais marinhos). No espaço urbano o território é marcado pelas muralhas, pelos templos ou igrejas, pela acrópole ou pelos espaços sociais que se denominaram de agora, fórum ou praça maior, ao longo do tempo.

A cidade inexistente sem um cenário físico, sem uma paisagem, sem um território: ela é antes de tudo uma cidade-estado, mesmo que não necessariamente independente. A cidade é uma entidade que gostaria de ser soberana sobre o seu território e independente em relação aos demais estados que a circundam. Entretanto, independente ou não, ela procura escolher seu próprio regime político (autoritário ou democrático, aristocrático ou tirânico), se organiza com uma legislação própria, não admite ofensas aos seus deuses ou heróis míticos, luta para defender-se de ataques à sua integridade territorial.

b) As funções sociais desenvolvidas na e pela cidade:

A cidade é um palco onde uma série de atividades se desenvolvem, não necessariamente ligadas à terra e que, de uma certa maneira, nos permitem esclarecer sobre quais são as funções urbanas (Roux 2004:17-18), mas também quais são as funções pré-

urbanas ainda remanescentes. Uma delas, e a não menos importante, é a função religiosa. Não podemos imaginar as cidades greco-romanas sem seus templos nem os povoados missionários sem as suas igrejas face à praça maior. E, não podemos esquecer, quase todas as iconografias da época medieval nos mostram torres sineiras das igrejas aparecendo por trás das muralhas medievais. Outra função primordial é a da distribuição da justiça e exercício da administração local. Na cidade, há toda uma dimensão da civilização que está estreitamente ligada ao mundo do comércio, da produção artesanal e das trocas, e que poderíamos resumir como: saberes, justiça e poderes. E, finalmente, a função das atividades produtivas e de troca. Se a variedade de suas atividades e o seu dinamismo são características da cidade, impossível esquecer que o papel do comércio e do artesanato sempre foi um aspecto dos mais importantes.

As cidades não têm apenas características próprias, mas igualmente problemas comuns. Se as cidades concentram atividades não diretamente ligadas às atividades agrícolas, como fazer para resolver os problemas de abastecimento de alimentos, de água, de matérias primas? Elas são verdadeiros centros de consumo, pois concentram atividades não rurais e, ao mesmo tempo, seu artesanato exige a vinda de matérias primas do mundo externo.

E finalmente, é necessário também salientar que faz parte desta identidade das cidades o olhar dos outros. Como as demais sociedades a vêem a partir de um contexto internacional ou regional complexo, com o qual a cidade jamais deixa de interagir? Simples aldeia, pequena cidade, cidade-estado soberana, capital de um império, etc., são muitas as representações que a cidade pode despertar e os demais grupos de homens, camponeses das zonas rurais ou cidadãos de outras aglomerações urbanas próximas, podem vê-la de maneiras muito diferentes.

A história e a arqueologia procuram desvelar o cotidiano, aquilo que parece o banal da vida comum urbana: os comportamentos sociais, os ritos, os gestos e os costumes. Se, por um lado, os elementos materiais da cultura parecem mudar mais lentamente, os novos modos de vida dos habitantes das cidades se alteram mais rapidamente, o que fornece este quadro sempre contrastante do tradicional e do moderno, em cada cidade e em cada época. A cidade desperta também, sentimentos contraditórios, pois seus próprios habitantes podem elogiar os novos saberes e técnicas que nelas se desenvolvem e condenar a perversão moral e as contradições entre ricos e pobres.

Para concluir, não esqueçamos: a idéia de cidade implica em considerar, em primeiro lugar, que a sua existência na história se deve a uma decisão dos homens de viver em conjunto. Em segundo lugar, no estabelecimento de profundas raízes em um território

escolhido. E, finalmente, pela aceitação de sua identidade pelas demais sociedades que coexistem no mesmo contexto histórico.

A possibilidade de analisar e interpretar os importantes processos de longa duração desta história das cidades somente é possível a partir dos dados que tanto a Arqueologia como a História nos fornecem. Partindo do estudo da dinâmica das interações sócio-culturais destes aglomerados pré-urbanos ou urbanos, bem como da sua persistência no tempo histórico, podemos analisar as ações e as reações que caracterizam este complexo processo de fundação e de desenvolvimento posterior. Podemos observar, no lento e dinâmico passar do tempo histórico, a emergência de sínteses culturais complexas, nas quais a persistência de aspectos do modo de vida dos cidadãos das *poleis* greco-romanas não é menos importante do que as tradições da *cite* na Idade Média e as novas manifestações urbanas da era moderna. Nos povoados missionários, por exemplo, “... complexos processos de transculturação ocorreram em todos os níveis da organização social, na economia, na política, na cultura, de maneira a fazer com que os indígenas guaranis abandonassem os seus padrões tribais neolíticos. (...) Entretanto, podemos compreender como foram assimiladas as novas práticas trazidas pelos missionários, assim como reinterpretados e reacomodados os novos traços culturais importados” (Kern 1991: 445-65).

3. Do pré-urbano ao urbano: a emergência e o desenvolvimento das cidades e de seus territórios.

Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem alguns indícios sobre o crescimento populacional e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

A arqueologia nos permite observar uma série de evidências, por exemplo, a ampliação do número de sítios arqueológicos históricos em uma região e, em cada um deles, o maior número de edifícios públicos e religiosos, de restos de habitações e de fossas de detritos, de utensílios metálicos forjados e de recipientes cerâmicos feitos no torno de oleiro. A arqueologia do espaço, nestes sítios, nos permite perceber não apenas edificações mais estáveis, mas também novas formas de organização: torres, muralhas, templos ou igrejas, palácios, espaços públicos e oficinas artesanais, por exemplo.

A documentação escrita de época nos permite perceber menções a, por exemplo, confrarias religiosas, atividades artesanais, regulamentos administrativos, levantamento de habitantes ou de casas para o pagamento de impostos, etc.

Todas estas inovações e modificações são extremamente importantes, sem dúvida. Entretanto, não podemos ignorar que nas etapas iniciais os ambientes rurais ainda predominam. As aglomerações urbanas, cidades ainda em gestação, deverão durante muito tempo ser uma minoria em meio a sociedades rurais. Alguns dos exemplos típicos são os povoados e cidades nascidos das aventuras coloniais e dos conflitos militares: as cidades novas greco-romanas, as *bastides* medievais, muitas aldeias do novo mundo.

Uma cidade é, antes de tudo, uma complexa realidade que se materializa em uma paisagem. Esta realidade física pode ser reconhecida por uma série de componentes: a aglomeração urbana, o centro histórico, os bairros, os subúrbios (*faux bourg*: o falso burgo das cidades medievais), os campos cultivados, os terrenos de pastagem, as pedreiras das construções, as minas, seus açudes para a contenção da água, seus bosques para o provisãoamento em madeira, seus rios e arroios, com pontes e portos. Em alguns casos a cidade se protege: uma série de muralhas pode dividir a zona urbana da zona rural e uma série de postos de guardas de fronteira pode fazer face aos territórios vizinhos pertencentes a outras cidades, amigas ou inimigas.

O centro urbano é o coração da cidade e quase sempre o núcleo histórico do qual ela nasceu. Ele pode dispor seus prédios públicos e séries de habitações de maneira anárquica, ao sabor das sucessivas ampliações ocorridas. Mas, no caso das fundações militares ou coloniais, seu traçado urbano obedece ao rigoroso planejamento. Nestes casos, as ruas se organizam segundo um plano ortogonal, na forma de um tabuleiro de xadrez, separando quadras ou quarteirões onde as casas individualizadas se instalam, com seus quintais e pomares ao fundo, e a fachada das habitações voltadas para as ruas onde circulam pedestres, carroças e cavalos.

No centro histórico existe um espaço policêntrico (Lonis 20003: 102), o espaço cívico, no qual se exerce o poder político das cidades. Ele é formado pelos edifícios religiosos (santuários, templos e igrejas), por muralhas e fortins, pelas praças públicas (*ágora*, *fórum*, *plaza mayor*). Mas, é também onde os cidadãos exercem suas prerrogativas cívicas e desempenham os seus deveres.

A partir deste centro cívico, cidadãos foram convocados e milícias se prepararam para marchar, pois as cidades fizeram sempre as suas guerras a partir deste local onde a sua

etnia ou sua identidade comunitária tem seus mitos enraizados. São múltiplas as causas das guerras: devido à exigüidade de seus territórios, à falta de alimentação, à necessidade de buscar escravos ou simplesmente para se defender dos ataques externos, provocados por outras sociedades que compartilham as mesmas paisagens e o mesmo contexto histórico. Na cidade grega, os exércitos são os cidadãos em armas que participam da defesa. Mas, nos povoados missionários platinos, “não é paradoxal que a Missão, que se propõe à cristianização, à oração e à paz, seja obrigada a se armar e a ter tropas?” (Kern 1998).

As cidades necessitam também alimentar seus cidadãos, inicialmente dos recursos de seu território em uma auto-suficiência que pode ser quase total. Entretanto, muito cedo, as relações mercantis se instalam, estruturas portuárias substituem os simples ancoradouros, mercadores e navios começam a singrar lagos, rios e mares. Busca-se solucionar os problemas de insuficiência de alguns produtos ou aproveitar a produção excedente para atender necessidades de mercados distantes.

Estamos perante um paradoxo interessante: “o pequeno mundo que constitui a *polis* é dividido desde a origem entre duas exigências: voltar-se sobre si mesmo para garantir sua independência e afirmar a sua identidade, mas ao mesmo tempo abrir-se para o mundo exterior, para assegurar a sobrevivência” (Lonis 2003: 123).

Neste pequeno universo, é lícito que possamos questionar se as atividades voltadas para o trabalho são obrigação de todos os cidadãos, ou se existem formas de trabalho servil ou escravo? Sabemos que existe uma variedade muito grande de formas de trabalho agrícola, uns realizados pelos homens, outros pelas mulheres. Outras formas de trabalho caracterizam as atividades desenvolvidas da pecuária, nas oficinas artesanais, nas minas e nas pedreiras.

Teriam as cidades do passado desenvolvido políticas econômicas? Talvez não no sentido que damos hoje a este conceito. Entretanto, todas as administrações públicas, mesmo de pequenas cidades, demonstraram preocupações econômicas (Lonis 2003: 135-6), com a “*res pública*” (a coisa pública).

Finalmente, é necessário destacar que as cidades, mesmo com recursos humanos e econômicos ilimitados, foram personagens históricos muito frágeis. Mas podem elas ser estudadas por nós desde sua obscura origem e mal documentada formação, até atingir importância ímpar em seu pleno desabrochar.

Novas leituras e releituras dos documentos nos permitem escrever novas páginas de uma produção sempre renovada da história dos espaços citadinos. “Pretendemos constituir séries comparáveis de vários indicadores que permitem a delimitação dos diferentes aspectos do fenômeno urbano, dos fluxos econômicos, dos movimentos populacionais, dos ciclos das

construções e das modificações, das estratificações sociais e culturais; relacionam em seguida todos estes dados com uma localização, reconstituem a produção, o crescimento e os usos diversificados dos espaços urbanos, a ligação entre as paisagens citadinas e os meios culturais que representam” (Roche 1990: 94).

4. Conclusões.

As sociedades urbanas do passado nos deixaram um rico e variado legado cultural. Não se trata apenas de estruturas arquitetônicas remanescentes ou de uma rede viária urbana. As comunidades citadinas do passado nos deixaram como herança igualmente um modo-de-ser urbano, com suas características estruturas sociais e um sistema de valores morais e ideológicos (Roux 2004: 190). Ser um cidadão e viver em uma cidade, no passado da história ocidental foi ter o sentimento de pertencer a uma comunidade e de se sentir, de uma certa maneira associado aos assuntos políticos. Ser cidadão sempre foi, também, estar envolvido com tudo o que é feito ou dito no âmbito da cidade e poder afirmar a sua participação e a sua responsabilidade. Se pensarmos bem, ainda hoje isto é ser um cidadão (Lonis 2003: 291).

Bibliografia.

KERN, Arno Alvarez. "Sociedade barroca e Missões Guaranis: do confronto à complementaridade". **Actas (I Congresso Internacional do Barroco, Universidade do Porto, Portugal)**, 1991.

KERN, Arno A. "Análise do plano urbano das Missões jesuítico-Guaranis". **Anais VI Jornadas Internacionais sobre as missões jesuíticas (UNIOESTE)**, 1998.

KERN, Arno A. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1998b.

LONIS, Raoul. **La cité dans le monde grec**. Paris : Nathan Université, 2003.

MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.

ROCHE, Daniel. "Cidade". In: LE GOFF, J. CHARTIER e REVEL, J. **A nova história**. Coimbra: Editora Almedina, 1990.

ROUX, Simone. **Le monde des villes au Moyen Âge**. Paris : Hachette, 2004.